

I - RESULTADO FISCAL DO TESOIRO NACIONAL

Em junho de 1998, o resultado primário do Tesouro Nacional foi deficitário em R\$ 1.471,5 milhões, sendo que R\$ 1.380,0 milhões referem-se ao pagamento da parcela de adiantamento relativa ao 13º salário do funcionalismo público federal. O resultado primário acumulado no primeiro semestre deste ano foi superavitário em R\$ 3,4 bilhões (0,8% do PIB), contra R\$ 3,0 bilhões (0,7% do PIB) em igual período de 1997.

DO TESOIRO NACIONAL						
Em R\$	1997		1998		1997	1998
	MAI	JUN	MAI	JUN	JAN-JUN	JAN-JUN
I - RECEITA	9.149,7	8.437,4	9.634,4	8.868,7	54.754,4	66.617,1
I.1. Administrada pela	8.282,8	8.404,1	8.482,8	8.642,8	50.867,3	58.434,4
I.2. Restituições (-)	-31,2	-514,6	-24,6	-665,6	-731,9	-955,1
I.3. Diretamente	541,7	536,9	433,6	611,1	3.279,6	3.482,1
I.4. Demais	401,5	166,4	758,5	284,6	1.666,8	6.115,3
I.5. Incentivos	-45,0	-155,4	-15,9	-4,2	-327,5	-459,5
II - DESPESA	9.134,3	8.229,7	10.011,6	10.340,2	51.726,7	63.177,6
	2.135,7	1.585,1	2.417,6	1.788,3	11.719,6	14.129,8
II.2. DESPESAS DA	6.899,8	6.487,6	7.458,9	8.409,8	39.218,7	48.162,7
II.2.1. Pessoal e	3.274,2	3.263,7	3.324,0	4.555,2	19.781,9	24.117,8
	3.625,6	3.223,9	4.134,9	3.854,5	19.436,8	24.045,0
	402,0	369,5	404,1	392,1	2.052,6	2.133,4
	37,0	9,1	26,1	43,9	168,6	148,9
	3.186,6	2.845,3	3.704,6	3.418,6	17.215,6	21.762,6
II.3.	98,8	157,0	135,0	142,1	788,4	885,1
	98,8	140,0	78,0	94,9	771,4	625,7
II.3.2. Fundos	...	17,0	57,0	47,2	17,0	259,3
	15,4	207,7	-377,2	-1.471,5	3.027,7	3.439,5
IV - RESULTADO PRIMÁRIO /					0,7%	0,8%

(*) Governo Central exceto arrecadação própria e benefícios pagos pelo INSS e Bacen.
Dados Preliminares.

Em relação a maio, a receita total do Tesouro Nacional reduziu-se em R\$ 765,7 milhões, apesar da receita administrada bruta e das receitas diretamente arrecadadas apresentarem, em seu conjunto, crescimento de R\$ 337,5 milhões. Parte dessa redução deveu-se ao início do processo de restituição do primeiro lote do IRPF - declaração de Ajuste de 1998 (ano calendário de 1997). O restante decorreu de menores ingressos no item "demais receitas" provenientes de participações e dividendos de empresas públicas, que passaram de R\$ 620,0 milhões, em maio, para apenas R\$ 14,1 milhões em junho.

As receitas próprias da administração direta e indireta totalizaram R\$ 611,1 milhões em junho, contra R\$ 433,6 milhões no mês de maio, devido basicamente à arrecadação dos órgãos da administração direta (fonte 150).

Quando comparada ao mesmo mês do ano de 1997, o crescimento nominal das receitas foi superior em 5,1%, como decorrência das elevações das alíquotas do Imposto de Importação (Decreto nº 2.376/97), do IPI-Bebidas (A.D. nº 74/97), do IRRF-Rendimentos de Trabalho (de 25,0% para 27,5%) e IRRF-Rendimentos de Capital, aplicações em renda fixa de 15% para 20% (Lei nº 9.532/97).

No primeiro semestre de 1998, a arrecadação total do Tesouro Nacional atingiu R\$ 66,6 bilhões, representando um crescimento nominal de 21,7%, em relação a igual período de 1997, quando perfizer R\$ 54,7 bilhões. Além das elevações de alíquotas acima mencionadas, os principais fatores determinantes de tal desempenho foram o acréscimo das receitas decorrentes do pagamento de participações e dividendos de empresas públicas (R\$ 708,2 milhões, em 1998, contra R\$ 367,0 milhões, em 1997) e as arrecadações atípicas relativas: i) à outorga de serviços de telecomunicações (R\$ 4.042,3 milhões¹); ii) aos saldos abandonados em contas correntes (R\$ 394,7 milhões); e iii) a tributação dos saldos acumulados até 31/12/97 em fundos de renda (R\$ 1.763,0 milhões, de janeiro a março).

No que se refere à despesa total, esta cresceu 3,3%, em relação à verificada em maio. Enquanto as “Transferências a Estados e Municípios”, que acompanham a evolução da arrecadação, caíram 26,0%, as despesas de “Pessoal e Encargos” apresentaram crescimento de 37,0%, como reflexo do pagamento da parcela de adiantamento relativa ao 13º salário do funcionalismo público federal.

As “Despesas de Custeio e Capital” caíram 6,8%, ou R\$ 280,4 milhões. Desse total, cerca de R\$ 100,0 milhões correspondem à redução nas despesas do FNDE. Até o mês de maio, as liberações efetuadas pelo Fundo aos convênios incluíam aquelas relativas a contratos firmados em exercícios anteriores. A partir do mês de junho, passam a ser liberados apenas recursos para os novos convênios. A redução nas demais despesas pode ser explicada pelo cumprimento do Decreto nº 2.634/98, que limita o valor a ser liberado pelo Tesouro Nacional aos órgãos da administração federal e a despesa a ser efetuada com recursos próprios por essas entidades.

Comparativamente a junho de 1997, as “Transferências a Estados e Municípios” cresceram 12,8%, as despesas de “Pessoal e Encargos”, 39,6% e as “Despesas de Custeio e Capital”, 19,6%, com destaque para Educação (55,6%) e benefícios assistenciais – LOAS (47,1%).

Em relação ao primeiro semestre de 1997, o crescimento das despesas totais foi de 22,1%. As transferências a estados e municípios apresentaram crescimento de 20,6%, não só em função do crescimento da receita e da entrada em vigência do Fundef, mas também das mudanças nas regras de cálculo do repasse da Lei Complementar nº 87/96 e ao adiantamento de R\$ 186,2 milhões, concedido no mês de fevereiro/98. No acumulado do semestre, as

¹ Em 1997, tais receitas concentraram-se nos meses de julho e agosto perfazendo, naqueles meses, R\$ 1.516,6 milhões.

transferências da referida Lei Complementar totalizaram R\$ 1.021,4 milhões, contra R\$ 179,2 milhões em igual período de 1997.

Por outro lado, o crescimento de 21,9% na folha de pessoal e encargos deveu-se aos seguintes fatores: i) aumento dos repasses aos poderes legislativo e judiciário, por conta de pagamentos de decisões judiciais e administrativas; ii) reajustes salariais determinados pelo plano de carreira do judiciário; iii) reajuste da gratificação concedida aos militares; iv) pagamento, no mês de março deste ano, de 1,7 folha salarial dos funcionários públicos, por conta da mudança na data de pagamento da remuneração, pela MP nº 1.639-38/98; e v) adiantamento do 13º salário para o funcionalismo público no mês de junho, ao passo que em 1997 tal adiantamento ocorreu em julho.

Os gastos com incentivos à agricultura e às exportações nacionais, realizados por meio das operações oficiais de crédito, somaram R\$ 94,9 milhões. Deste total, R\$ 63,1 milhões destinaram-se às operações de Aquisições do Governo Federal - AGF, utilizadas para compra de produtos agrícolas e para fazer face às despesas com a manutenção de estoques junto à Conab. Foram vendidos R\$ 36,6 milhões dos estoques de AGF, resultando em uma despesa líquida das operações do AGF de R\$ 26,5 milhões.

Foram liberados R\$ 1,4 milhões para operações de EGF (Empréstimos do Governo Federal) e R\$ 12,2 milhões para empréstimos de custeio e investimento, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Além disso, foram liberados R\$ 6,5 milhões para o programa de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários.

Foram destinados, também, R\$ 48,3 milhões, para fazer face às despesas com a equalização de taxas, ao Programa de Financiamento à Exportações - Proex, com a finalidade de conceder financiamentos a exportadores.

Cabe destacar que, em relação ao primeiro semestre de 1997, embora as despesas com subsídios à agricultura e exportações tenham-se reduzido em 18,9%, as despesas totais com subsídios do Tesouro Nacional apresentaram crescimento de 12,3% decorrente do cômputo das despesas dos fundos regionais, a partir de junho de 1997.

II - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL: JULHO/98

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL			
EM PODER DO MERCADO			
SALDOS EM R\$ MILHÕES		1998	
	MAI	JUN	JUL
I. DÍVIDA INTERNA	27.175	28.220	32.132
I.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	154.795	166.888	175.238
I.2 - Dívida Contratual da STN	-80.063	-90.547	-92.968
I.3 - Dívida Contratual de Fundos , Autarquias e Fundações	-47.556	-48.120	-50.138
I.3.1 - Fat	-33.919	-34.326	-35.425
I.3.2 - Demais Entidades	-13.637	-13.794	-14.713
II. DÍVIDA EXTERNA	71.479	71.551	70.884
II.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	55.474	55.759	54.738
II.2 - Títulos Depositados em Garantia	-3.614	-3.534	-3.751
II.3 - Dívida Contratual	20.070	19.762	20.294
II.4 - Disponibilidades	-450	-437	-397
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL	98.655	99.771	103.016
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL / PIB	11,1%	11,2%	11,4%

(*) Dados Preliminares.

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado situou-se em 11,4% do PIB. Destaque-se o crescimento da dívida mobiliária interna em mercado, de aproximadamente R\$ 8,3 bilhões, em função do volume de emissões líquidas, superior a R\$ 6,7 bilhões. Devido a esse fato, o saldo em LFT passou de R\$ 33,5 milhões em junho para R\$ 59,3 bilhões no mês de julho. Parte dessas emissões foram compensadas com resgate de LTN, cujo saldo reduziu-se em aproximadamente R\$ 18,3 bilhões.

Do total de emissões efetuadas, R\$ 221,1 milhões referem-se à assunção das dívidas dos estados de Sergipe e Minas Gerais. Também foram colocados cerca de R\$ 478,4 milhões, em títulos e créditos securitizados, para refinanciamento da dívida de Minas Gerais junto à CEF com vistas ao saneamento do Credireal. Em contrapartida, foram incorporadas, ao crédito da União junto aos Estados sob amparo da Lei n. 9.496/97, o total das dívidas dos estados de Minas Gerais e da Bahia objeto de refinanciamento.

Por fim, observa-se ligeira oscilação na dívida externa líquida, equivalente a pouco mais de R\$ 300 milhões, comportamento este detalhado na seção II.2.

II.1 - Dívida Interna

II.1.1 - Dívida Mobiliária

No mês de julho, o saldo da DPMF em poder do mercado totalizou R\$ 175,2 bilhões, equivalente a 19,5% do PIB, contra R\$ 166,9 bilhões, ou 18,7% do PIB, no mês anterior.

TESOURO NACIONAL-DPMF **SALDOS EM R\$ MILHÕES**

	MAI	1998 JUN	JUL
I. DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	233.208	261.059	271.548
I.1 Dívida com Mercado	154.796	166.888	175.238
I.1.01 LTN	69.515	58.215	39.994
I.1.02 LFT	15.114	33.490	59.334
I.1.03 LFT-A	102	2.108	1.447
I.1.04 LFT-B	14.352	16.295	16.604
I.1.05 NTN-A	4.828	4.855	4.841
I.1.06 NTN-D	22.337	22.990	23.585
I.1.07 Demais	28.546	28.935	29.433
I.2 Dívida com BACEN	78.412	94.172	96.310
I.2.01 LTN	23.247	16.807	16.818
I.2.02 NTN-D	0	0	0
I.2.03 LFT-A	48.825	62.510	63.962
I.2.04 Demais	6.340	14.855	15.530
II Dívida MERCADO/PIB	17,4%	18,7%	19,5%

Houve emissão líquida de títulos da ordem de R\$ 6,7 bilhões. O Tesouro Nacional efetuou despesas com resgates de títulos em mercado no montante R\$ 19,8 bilhões, sendo a maior parte (R\$ 19,1 bilhões) composta de LTN vencidas no mês. Foram emitidos em mercado R\$ 25,4 bilhões (valor financeiro) no período, em sua maioria LFT, inclusive para pagamento de encargos, no valor de R\$ 1,3 bilhão.

Os principais fatos ocorridos em julho foram as emissões especiais de títulos relativas à assunção de dívida dos estados de Minas Gerais e Sergipe. No caso de Minas Gerais, as emissões de LFT-B totalizaram R\$ 375,5 bilhões, em decorrência da assunção de dívida contratual do estado (R\$ 46,0 milhões) e financiamento para a reestruturação do sistema bancário estadual (R\$ 329,5 milhões)². Também foram emitidos créditos securitizados no montante de R\$ 148,9 milhões referentes ao pagamento de obrigações do estado junto à Caixa Econômica Federal (“empréstimo ponte”) para viabilizar o processo de privatização do Credireal.

² Nos termos do art. 1º da Lei nº 9.496/97 e do art. 3º da Medida Provisória nº 1.702-26/98.

TESOURO NACIONAL
ASSUNÇÃO DE DÍVIDA DOS ESTADOS EM JULHO (*)

Em R\$ milhões	MINAS GERAIS	SERGIPE
1. Dívida Mobiliária		175,1
LFT-A		48,7
LFT-B		126,4
2. Dívida Contratual	46,0	
LFT-B	46,0	
3. Financiamento de bancos	478,4	
LFT-B	329,5	
Créditos Securitizados	148,9	
4. TOTAL	524,4	175,1

Com relação à dívida do estado de Sergipe, foram emitidos R\$ 48,7 milhões em LFT-A e R\$ 126,4 milhões em LFT-B para assunção de dívida mobiliária³.

Adicionalmente, foram realizadas duas outras operações de emissões especiais de títulos do Tesouro Nacional. A primeira refere-se à emissão de NTN-U, no montante de R\$ 100,0 milhões, correspondente à garantia de empréstimo contratado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento junto ao Banco do Brasil para a realização de obras no âmbito da SUDENE. A segunda diz respeito a emissões de NTN-I, da ordem de R\$ 71,2 milhões, para captação de recursos com vistas à equalização de taxas de juros dos financiamentos de bens e serviços amparados pelo Proex.

Em julho, as colocações de títulos em leilão continuaram sendo, em sua maior parte, em LFT, de acordo com a nova estratégia implementada no mês anterior. A emissão de papéis pós-fixados deve-se ao fato de o mercado vir exigindo alto prêmio para os títulos pré-fixados. As LFT continuaram sendo vendidas com ágio, conforme indicam as taxas de rentabilidade negativas discriminadas no quadro a seguir, onde são apresentadas as características das emissões financeiras em mercado realizadas semanalmente, pelo Tesouro Nacional:

³ Nos termos do art. 1º da Lei nº 9.496/97.

TESOURO NACIONAL - EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO

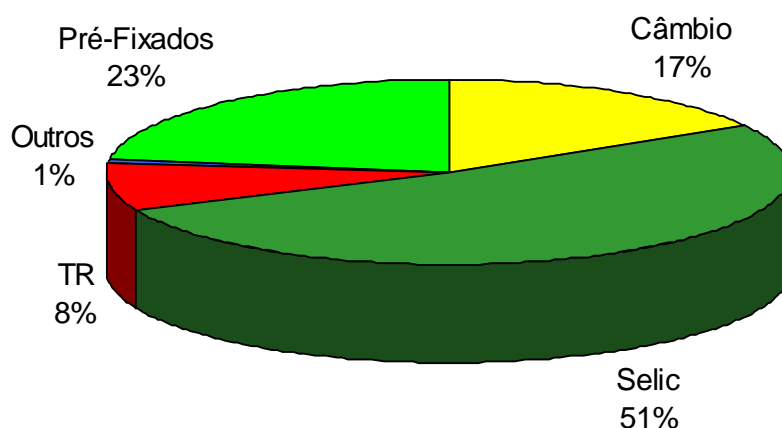
Julho/98

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL	Valor (R\$ milhões)	
				Financeiro	Nominal
01/07/98	CTN	20 anos	IGP-M + 12%	14,2	137,4
	NTN-D	3 anos	15,390% + VC	346,1	500,0
	LFT	210 dc/145 du	-0,005%	3.000,1	3.000,0
08/07/98	LFT	238 dc/163 du	-0,010%	3.000,2	3.000,0
	LFT	238 dc/163 du	-0,006%	3.500,1	3.500,0
15/07/98	LFT	266 dc/183 du	-0,004%	3.500,1	3.500,0
	LFT	238 dc/163 du	-0,004%	2.500,1	2.500,0
22/07/98	LFT	266 dc/181 du	-0,004%	2.500,1	2.500,0
	LFT	238 dc/163 du	-0,003%	2.000,0	2.000,0
29/07/98	LFT	266 dc/181 du	-0,003%	2.000,0	2.000,0
	LFT	238 dc/163 du	-0,004%	1.500,0	1.500,0
TOTAL				25.361,1	25.637,4

VC = Variação Cambial

A composição da DPMF em mercado, segundo a forma de remuneração, passou a ser a seguinte:

COMPOSIÇÃO DA DPMF EM MERCADO POR INDEXADOR



Com as emissões e resgates efetuados no mês de julho, a participação das LFT, sobre o total da dívida mobiliária, subiu de 16,0% no mês de maio, para 25,1%, a passo que as LTN tem sua participação, em igual período, reduzida de 28,6% para 20,8%, conforme observa-se no quadro a seguir.

TESOURO NACIONAL - COMPOSIÇÃO DA DPMFi
Títulos mais significativos (%)

TÍTULO	Jun/98	Jul/98
LTN	28,6	20,8
NTN-D	8,8	8,6
LFT	16,0	25,1
LFT-A	24,6	24,0
LFT-B	6,2	6,1
LFT-E	0,3	0,3
DEMAIS	15,5	15,1
TOTAL	100,0	100,0

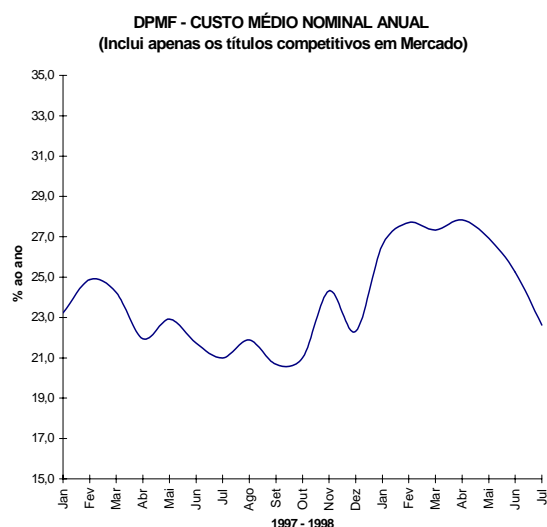
O custo médio nominal mensal dos títulos competitivos em mercado apresentou crescimento de 1,96%, em junho, para 2,05%, no mês de julho. Entretanto, em termos anualizados, isolando-se o efeito do número de dias úteis no mês, o custo médio caiu de 25,26%, em junho, para 22,62%, em julho.

Se somados os títulos emitidos em processo não competitivo de formação de taxas, em poder do mercado, o custo médio da dívida pública em mercado decresceu, atingindo 20,56% ao ano, no mês de julho, contra 22,68% ao ano, no mês de junho.

O custo médio da DPMF em mercado foi 0,17 ponto percentual superior à variação mensal da taxa Selic (representativa do custo de oportunidade do Tesouro Nacional), reduzindo-se em relação ao mês anterior quando situou-se em 0,29 ponto percentual acima da referida taxa.

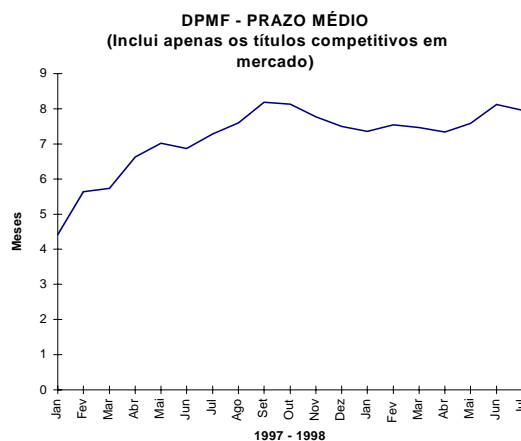
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL - MERCADO			
CUSTO MÉDIO ANUAL (%)			
PERÍODO		TOTAL	COMP (1)
1997	Jan	22,95	23,23
	Fev	24,37	24,89
	Mar	23,59	24,24
	Abr	21,62	21,94
	Mai	22,63	22,92
	Jun	21,48	21,74
	Jul	18,58	20,99
	Ago	21,61	21,88
	Set	20,03	20,69
	Out	20,15	21,02
	Nov	24,74	24,32
	Dez	22,42	22,32
1998	Jan	29,10	26,59
	Fev	26,92	27,71
	Mar	26,56	27,34
	Abr	26,03	27,84
	Mai	23,81	26,92
	Jun	22,68	25,26
	Jul	20,56	22,62

(1) Custo dos títulos competitivos da DPMF-i em mercado.



O prazo médio dos títulos em mercado, emitidos sob processo competitivo de formação de taxas, caiu de 8,12 meses, em junho, para 7,96 meses, em julho.

DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL		
PRAZO MÉDIO NO MERCADO		
PERÍODO	EM MESES	
1997	Jan	4,42
	Fev	5,64
	Mar	5,74
	Abr	6,63
	Mai	7,02
	Jun	6,87
	Jul	7,28
	Ago	7,60
	Set	8,18
	Out	8,13
	Nov	7,77
	Dez	7,50
1998	Jan	7,36
	Fev	7,54
	Mar	7,47
	Abr	7,34
	Mai	7,58
	Jun	8,12
	Jul	7,96



II.1.2 - Dívida Contratual

O saldo dos haveres líquidos contratuais internos totalizou R\$ 143,1 bilhões no mês de julho, correspondente a 15,9% do PIB, sendo 65,0% relativos à STN e 35,0% aos fundos, autarquias e fundações. Em relação ao mês de junho, o acréscimo nos haveres totais foi R\$ 4,4 bilhões, equivalente a 0,4% do PIB.

Os haveres líquidos da STN cresceram R\$ 2,4 bilhões devido, basicamente, à incorporação de R\$ 478,4 milhões e de R\$ 1,6 bilhão ao saldo da dívida refinanciada dos estados de Minas Gerais e da Bahia, respectivamente. Também observou-se crescimento de R\$ 2,0 bilhões nos haveres líquidos dos fundos, fundações e autarquias.

Quanto aos créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, observa-se uma nova emissão de R\$ 148,9 milhões, destinada ao pagamento da dívida do estado de Minas Gerais junto à Caixa Econômica Federal, com vistas ao saneamento do Credireal.

O prazo médio dos créditos securitizados, calculado a partir deste mês pelo Tesouro Nacional e apurado pelo critério do *duration*, foi de 79,79 meses, levando-se em consideração a média ponderada de todos os créditos securitizados⁴. Cabe ressaltar também que o custo médio dessa dívida foi de 0,87% no mês em questão.

⁴ *Duration* do Ativo $i = [VP(C1)*1 + VP(C2)*2 + \dots + VP(CT)*T]/VP$, onde $VP = VP(C1) + VP(C2) + \dots + VP(CT)$ e $VP(CT) = CT/(1+r)^T$ e $r = 12\%$ aa. *Duration* Médio = $\sum (Duration \text{ do Ativo } i * \text{Estoque do Ativo } i / \text{Estoque Total})$.

DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA
SALDOS EM R\$ MILHÕES

	MAI	1998 JUN	JUL
Total da STN	-80.063	-90.547	-92.968
Dívida Bancária	38.494	38.856	39.126
Crédito Securitizado	16.895	17.149	17.333
CVSA	3.558	3.592	3.627
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.699	2.741	2.757
Debêntures	706	711	716
Outras Dívidas	191	193	194
INSS	-6.817	-7.036	-7.044
Lei 7976/89	-8.916	-8.714	-8.697
Bônus Renegociação	-17.480	-17.640	-16.789
Lei 8.727/93	-39.397	-39.760	-40.034
Lei 9.496/97	-48.572	-60.035	-62.657
Recebíveis Estados	-2.939	-2.960	-2.983
Outros	-8.774	-8.817	-8.950
Créditos Oper. Oficiais	-6.913	-6.884	-7.259
Arrecadação a Recolher	-2.798	-1.942	-2.306
Total de Fundos, Autarquias e Fundações	-47.556	-48.120	-50.138
Fat	-33.919	-34.326	-35.425
Demais Entidades	-13.637	-13.794	-14.713
TOTAL	-127.620	-138.667	-143.106
TOTAL / PIB	-14,4%	-15,5%	-15,9%
Total da STN / PIB	-9,0%	-10,1%	-10,3%

II.2 - Dívida Externa

Em julho, o saldo da dívida mobiliária externa totalizou R\$ 54,7 bilhões, sendo 85,1%, composto por bônus de renegociação e, 14,9%, por bônus de captação. A dívida contratual externa do Tesouro Nacional fechou o mês com um saldo de R\$ 20,3 bilhões, tendo sido acrescido ao saldo devedor para com a agência USAID o valor, aproximado de US\$ 297,8 milhões, devido a transferência, em 27.07.98, dos saldos do Banco Central para o Tesouro Nacional, em decorrência de acordo bilateral (1998 Implementing Agreement) assinado em 13.02.98.

DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL*Em R\$ milhões*

	MAI	1998 JUN	JUL
1.DÍVIDA MOBILIÁRIA	55.474	55.759	54.738
1.1.BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	46.777	47.037	46.597
Brazil Investment Bond (BIB)	1.036	1.041	1.047
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.740	5.772	5.099
Par Bond (PB)	4.968	4.996	5.024
Discount Bond (DB)	6.223	6.258	6.293
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.999	2.010	2.022
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.407	8.454	8.501
Debt Conversion Bond (DCB)	9.768	9.822	9.877
New Money Bond (NMB)	2.576	2.590	2.605
Eligible Interest (EI)	6.061	6.094	6.128
1.2.BÔNUS CAPTAÇÃO	8.697	8.722	8.142
Global Bond 2027	4.027	4.049	4.072
Demais	4.670	4.673	4.070
2.TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.614	-3.534	-3.751
3.DÍVIDA CONTRATUAL	20.070	19.762	20.294
4. DISPONIBILIDADES DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-450	-437	-397
TOTAL	71.479	71.551	70.884
DÍVIDA EXTERNA TOTAL / PIB	8,04%	8,01%	7,87%

(*) Dados Preliminares

A dívida externa total do Tesouro Nacional caiu de R\$ 71,6 bilhões (8,01% do PIB), em junho, para R\$ 70,9 bilhões (7,87% do PIB), em julho. Tal redução deveu-se à liquidação do título de captação soberana DM Bond 1998, lançado em 1995, com o pagamento equivalente a US\$ 562 milhões (DM 1,0 bilhão), representando uma redução de 0,8% da dívida total.

Foram gastos R\$ 801,1 milhões com juros e outros encargos da dívida externa, sendo R\$ 13,9 milhões para Organismos Multilaterais, R\$ 45,5 milhões a Bancos Privados e Agências Governamentais, R\$ 128 mil foram pagos ao Clube de Paris e R\$ 741,6 milhões para a rolagem da dívida externa, sendo R\$ 712,7 milhões de Bônus DM 1998⁵ e R\$ 28,9 milhões de Eurolibra 2007⁶.

⁵ Título de captação, emitido no Euromercado de acordo com a Resolução 87/94 do Senado Federal.

⁶ Título de captação, emitido no Euromercado de acordo com a Resolução 51/97 do Senado Federal.

TESOURO NACIONAL	Jul/98
Encargos da Dívida Externa	R\$ mil
I. Encargos Totais	801.115
I.1. Organismos Multilaterais	13.890
I.2. Bancos Privados/Agências Governamentais	45.510
I.3. Clube de Paris	128
I.4. Dívida Mobiliária Externa	741.587
I.4.1. Bônus DM 1998	712.669
I.4.2. Eurolibra 2007	28.917
